

**Processo: 3788/2025**

**Veto ao Projeto de Lei CM 143/25**

À

Comissão de Justiça e Redação

Senhor Presidente

Trata-se do projeto de lei de autoria do vereador DENIS GAMBÁ, que dispõe sobre a **obrigatoriedade de instalação de corrimãos em escadarias públicas com mais de 20 (vinte) degraus no Município de Santo André.**

A proposição vetada se justifica: *A instalação de corrimãos em escadarias com mais de 20 degraus é uma medida básica de segurança urbana e de promoção da mobilidade, já consagrada em legislações urbanísticas e em normas técnicas, como a ABNT NBR 9050, que trata da acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A presente propositura tem por objetivo assegurar a segurança, a acessibilidade e a integridade física dos usuários das escadarias públicas do Município de Santo André, especialmente idosos, pessoas com deficiência, gestantes e crianças.*

O respectivo projeto de lei foi analisado pela Consultoria Jurídica da Casa, com o parecer nos seguintes termos: *A propositura apresenta óbices constitucionais (violação aos artigos 2º, 61, § 1º, II, "b", 84, II, III e VI, "a") e legais (art. 42, IV, V e VI, 51 e 58, II da LOM/SA), pois o Legislativo imiscui-se nas atribuições exclusivas do Executivo. No caso, ao impor que os corrimãos sejam instalados nas escadarias públicas, o edil busca regradar uma situação **que pode ser resolvida apenas com um ato executivo de administração**, decorrente da própria competência constitucional dada ao prefeito de gerir os assuntos mais prosaicos da cidade.*



Neste íterim, após os trâmites da publicação, o projeto em análise recebeu o veto total ao autógrafo, pelo Poder Executivo.

Em análise ao veto de fls. 02/04, apresentado pelo senhor Prefeito Municipal através do PC nº. 203.11.2025, referente ao projeto de lei CM nº. 143/25, primordialmente verifica-se que a nossa Carta Magna ampara o Poder Executivo de vetar qualquer disposição por inconstitucionalidade, ilegalidade ou contrariedade ao interesse público.

O senhor Prefeito em suas razões do veto aduz: *“O presente projeto de lei impõe ao Poder Executivo a realização de gastos não previstos no orçamento anual, o que fere as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. A matéria objeto da presente propositura é reservada ao Chefe do Poder Executivo e está em desacordo com o disposto nos arts. 2º, 61, §1º, inciso II, alínea “b”, 84, incisos II, III e VI, alínea “a” da Constituição Federal e com os termos dos arts. 42, incisos IV, V e VI, 51 e 58, inciso II, da Lei Orgânica do Município, além de ser, também, contrária ao interesse público, na medida em que determina a realização de gastos sem o prévio estudo de impacto financeiro e orçamentário exigido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.”*

Logo, o Poder Executivo esclarece que o respectivo projeto ao determinar a “obrigatoriedade de instalação de corrimão em escadarias públicas com mais de 20 (vinte) degraus no Município de Santo André”, viola o pacto federativo, desrespeitando o Princípio da Separação entre os Poderes e a iniciativa privativa do Prefeito para dispor sobre serviços públicos e atribuição das secretarias e órgãos públicos; invadindo a competência constitucional outorgada ao Chefe do Poder Executivo para gerir suas atribuições exclusivas; além de ser flagrantemente contrário ao interesse público, face à demonstração da imposição de despesas não previstas no orçamento municipal, contrariando a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



Por oportuno, convém lembrar que se o senhor Prefeito Municipal considerar e julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, conforme dispõe o § 1º do art. 46 da Lei Orgânica do Município, vetá-lo-á total ou parcialmente.

Nesse escopo, o **veto total ao autógrafo de nº. 93/25**, manifestado pelo senhor Prefeito Municipal encontra-se amparado legalmente. É de se observar que o plenário desta Casa poderá rejeitar o referido veto pela decisão da maioria absoluta dos vereadores, nos termos do § 4º do art. 46 da Lei Orgânica do Município.

Eis o **NOSSO PARECER PRÉVIO DE CARÁTER MERAMENTE OPINATIVO E INFORMATIVO, SEM NATUREZA VINCULATIVA**, que submetemos à superior apreciação, sem embargo de opiniões em contrário, que sempre respeitamos.

Santo André, em 26 de janeiro de 2026.

**CIRLENE DA SILVA SERAPIÃO**  
*Consultora Legislativa*  
**OAB/SP 238974**

